

FAIR VALUE: PERSPECTIVAS DO ESTADO DA ARTE

Autores	Filiação	Email
Flávio Ribeiro	UFPR	flavio.ribeiro@ufpr.br
Márcia Maria dos Santos Bortolucci	UFPR	marciabortolucci@ufpr.br

Direitos de cópia - creative commons.

Recebido em: 19/10/12

Aprovado em: 6/12/12

Disponibilização no site

Páginas: 48-69

ID do artigo 1584

Editor Científico: Prof. Dr. Osni Hoss, Ph.D.

RESUMO

A procura pela adequação da contabilidade às necessidades de geração de informações úteis aos usuários na tomada de decisão vem sendo produto de diversas discussões no âmbito acadêmico. Observa-se que a obtenção de informação de qualidade não é um processo simples, atributos como a relevância e representação fidedigna podem apresentar disparidade devido ao método de reconhecimento utilizado, tais como custo histórico e o *Fair Value*. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho consiste em identificar as abordagens temáticas e metodológicas sobre "*Fair Value*" em periódicos veiculados nacional e internacionalmente no período de 1992 a 2012. Para tanto foram pesquisados 66 artigos na área durante os 20 anos. A análise dos dados demonstra uma predominância de artigos de origem americana (52). Evidencia-se também um expressivo número de pesquisas com a autoria de *Mary E. Barth* (5), destacando-se como referência nessa área de estudo. Os resultados revelam que estudos sobre o *Fair Value* ainda são incipientes no âmbito nacional, demonstrando um amplo horizonte a ser explorado.

Palavras Chave: *Fair Value*; Mensuração Contábil; Abordagens; Temáticas.

FAIR VALUE: PERSPECTIVES OF THE STATE OF THE ART

ABSTRACT

The search for the adequacy of accounting needs to generate useful information to users in decision making has been the product of several discussions in the academic realm. It is observed that obtaining quality information is not a simple process, attributes such as relevance and faithful representation may have disparity due to the recognition method used, such as historical cost and fair value. In this context, the objective of this work is to identify the thematic and methodological approaches on "Fair Value" in national and international journals aired from 1992 to 2012. For that 66 articles were researched in the area for 20 years. The data analysis shows the predominance of articles of American origin (52). Evidence was also a significant amount of research with the authorship of *Mary E. Barth* (5), especially as a reference in this study area. The results reveal that studies are incipient Fair Value

nationally, demonstrating a wide horizon to be explored.

Keywords: Fair Value; Accounting Measurement; Approaches; Thematic.

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade, durante sua evolução histórica, procura “[...] adequar-se às necessidades do mercado fornecendo informações úteis para auxiliar gestores e usuários externos nas tomadas de decisão sendo que a mensuração a valores históricos representou a base de avaliação mais tradicionalmente utilizada em contabilidade” (PETTERSSON *et al.*, 2009, p. 246). A informação contábil de qualidade é indispensável para que os usuários das demonstrações financeiras possam tomar decisões econômicas corretas. Contudo, a obtenção da qualidade da informação não é um processo simples, de modo que a relevância e a representação fidedigna podem ser mensuradas distintamente por meio da utilização de métodos de mensuração diferenciados tais como custo histórico e valor justo (MELO *et al.* 2012).

O custo histórico é geralmente empregado por ser verificável e representar o preço da transação que foi realizada. No entanto, uma das principais desvantagens é a que o valor do ativo para empresa pode variar com o passar do tempo e ao final de longos períodos, podendo não possuir significado como medida da quantidade de recursos para a empresa. (HENDRINKSEN e VAN BRENDA, 2009). Em virtude disso, alguns tipos de ativos e passivos carecem de outras bases de mensuração, introduzidas fortemente pelas normas internacionais, resultando em uma crescente abordagem do *Fair Value*.

O FASB e o IASB têm defendido a utilização do valor justo como critério de mensuração, posição compartilhada por vários profissionais contábeis (BARLEV; HADDAD; 2003; BARTH, 2006; BARTH; TAYLOR; 2010;). Entretanto, pesquisadores como Boyer (2007) criticam a mensuração por *Fair Value* por obscurecer o processo de criação de valor através da miscelânea de lucro presente, com ganhos de capital e perdas não realizadas.

As discussões sobre *Fair Value* não são recentes. Desde 1990, esse método de mensuração vem sendo introduzido na contabilidade internacional pelo *Financial Accounting Standards Board* (FASB) e *International Accounting Standards Board* (IASB). No Brasil, o início da introdução do *Fair Value* ocorreu pelo Banco Central em 2001/2002 como medida adotada para mensurar operações com derivativos e títulos de valores imobiliários. Com a adoção das normas internacionais em 2007, as demais empresas brasileiras começaram a adota-lo, similarmente ao ocorrido em 2005 na Europa (MARQUES, 2012).

Dada a importância apresentada sobre o tema, a questão de pesquisa para o presente estudo de caráter bibliométrico é: Qual é o estado da arte das pesquisas científicas relativas ao “*Fair Value*” em periódicos internacionais e nacionais nos últimos 20 anos? O objetivo deste trabalho é identificar as abordagens temáticas e metodológicas sobre “*Fair Value*” em periódicos veiculados nacional e internacionalmente neste período. Para tanto foram pesquisados 66 artigos na área entre os períodos de 1992 a 2012. Contemplando o objetivo geral, o artigo busca, como objetivos específicos, verificar a evolução das pesquisas em “*Fair Value*” ao longo dos anos, identificar a relação do “*Fair Value*” e outras áreas de pesquisa e detectar os trabalhos mais referenciados na área. O presente artigo busca mapear trabalhos e autores utilizados como referência na área, empregados como base para futuras pesquisas sobre o tema. Ao propor a análise dos temas referentes a “*Fair*

Value”, espera-se contribuir para futuras pesquisas em Contabilidade, identificando as principais características nas investigações sobre o tema. O presente estudo também contribui como fonte de consulta para profissionais da área.

O artigo está estruturado em cinco tópicos, sendo que a primeira seção correspondente a esta Introdução. Na segunda parte é apresentada a Fundamentação Teórica da pesquisa. Na sequência é descrita a Metodologia, e no quarto tópico contém os Resultados e Análise Bibliométrica dos artigos avaliados. Por último, são apresentadas as Considerações Finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção o estudo terá como arcabouço teórico a teoria da mensuração contábil e por seguinte será abordado um tópico referente à *Fair Value*, tema principal da presente pesquisa.

2.1 TEORIA DA MENSURAÇÃO CONTÁBIL

Em contabilidade, mensurar é o processo de conferir estimativas monetárias significativas a objetos ou eventos associados à empresa (HENDREKSEN; VAN BREDA; 2007). A melhor forma para atribuição de valores monetários a um ativo é observar a expectativa de geração futura de caixa. No entanto, como a totalidade dos benefícios que um ativo pode trazer é de difícil mensuração, como satisfação pessoal e o reconhecimento, a contabilidade se detém a avaliar os benefícios econômicos deles esperados (KAM, 1986).

Para que a mensuração possa ser realizada é necessário selecionar o atributo específico a ser medido. Em contas a receber, por exemplo, os atributos escolhidos poderiam incluir os números de dólares a serem recebidos e as datas de recebimento. Atributos de instalações e equipamentos poderiam incluir a capacidade física de produção (HENDRIKSEN; VAN BRENDA; 2007).

Os ativos de uma entidade, de maneira geral, são trocados por moeda. O valor de troca torna-se uma opção natural na determinação do método de medição. Entretanto, o valor de troca pode assumir diferentes formas, o que torna a decisão de escolha da base de mensuração difícil (NIYAMA; SILVA; 2011). Portanto, não deve ser esquecido que dados não monetários, como capacidade de produção em toneladas ou números de operários, também podem muitas vezes ser relevantes para certas predições e tomada de decisões. Os contadores tem reconhecido a necessidade da apresentação de informações como essas. Repetidamente, tem-nas divulgado nas notas explicativas ou em outros momentos das demonstrações financeiras (HENDRIKSEN; VAN BREDA; 2007).

A contabilidade, caso fosse possível, utilizaria o valor econômico para precificar os ativos. Entretanto, esta tarefa não é simples, em virtude de dificuldade de se determinar o esse valor. (MELO *et al.* 2012). Por isso, diversos valores podem ser encontrados dependendo do critério de mensuração adotado, como custo histórico, custo corrente, valor realizável líquido, valores de liquidação, valor justo, entre outros (KAM, 1986).

Hendriksen e Van Breda (2007) comentam ainda que como os ativos possuem diversos atributos, a mensuração e publicação de mais de um atributo pode ser relevante para os investidores e outros usuários de demonstração financeira. Os conceitos de avaliação podem ser complementares, bem como substitutos um do outro. O custo histórico, por exemplo, pode ser relevante como substituto do custo corrente de um ativo. O custo corrente pode ser substituto do valor presente dos fluxos de caixas futuros, que é o atributo que realmente se deseja medir.

O custo histórico é à base de mensuração mais comumente utilizada na preparação das demonstrações contábeis. Corresponde aos valores pagos na época de aquisição, devendo incluir todos os pagamentos necessários para colocar o ativo em condições de gerar benefícios futuros para a entidade (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2007; NIYAMA; SILVA, 2011). A utilização do custo histórico foi favorecida pela utilização do método das partidas dobradas, devido à maior facilidade de acumulação e por serem objetivamente existentes e comprováveis na hora do registro das operações (IUDICIBUS; MARTINS, 2007).

Como conceito de avaliação de ativos não monetários, a principal vantagem do custo histórico reside no fato de ser verificável. Entretanto, como principal desvantagem o valor do ativo para a empresa pode variar com o passar do tempo. De modo que, em longos períodos, o valor histórico do ativo pode perder seu significado como medida de quantidade de recursos para a empresa. (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2007).

Por vicissitudes econômicas vividas por diversos países em épocas distintas, o custo histórico foi sendo adaptado para custo histórico corrigido, tendo surgido defensores do uso do custo corrente de reposição, por ser superior ao custo histórico para fins gerenciais. (IUDICIBUS; MARTINS, 2007). Em contabilidade, a mensuração por valores históricos sempre foi a base de avaliação mais tradicionalmente utilizada. Contudo, nas últimas décadas foi possível perceber que para alguns tipos de ativos e passivos o consenso do mercado resultou na introdução de novas bases, como o Valor Justo, provendo informações atualizadas nas demonstrações financeiras (PETERSON *et al.*, 2009). Estudos de Barth (1994), Barlev e Haddad (2003), Khurana e Kim (2003), Danbolt e Rees (2008) reforçam essa afirmação ressaltando o poder informacional superior do Valor Justo em relação ao custo histórico.

2.1 Fair Value

O *Financial Accounting Standards Board* (FASB) emitiu diversas normas que exigem o reconhecimento ou divulgação de estimativas de *Fair Value* dos ativos e passivos, dentre as quais, podem-se citar as SFAS 87, 105, 107, 115, 119, 121. (BARTH; LANDSMAN, 1995). As manifestações do FASB sobre valor justo são numerosas. No entanto, até 2006 não se conseguia detectar um texto que as ordenasse a partir da definição, mensuração e aplicação a vários ativos e passivos. (IUDICIBUS; MARTINS, 2007). Emitido em 2006, para vigorar em todas as demonstrações financeiras em meados de 2007, o *Statement of Financial Accounting Standards* (SFAS) nº 157 – *Fair Value Measurement* - unificou os fundamentos sobre Valor Justo até então espalhados em 61 pronunciamentos do FASB (LUSTOSA, 2010).

O FASB (2006) conceitua Valor Justo como a quantia que seria recebida na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em função de uma transação entre participantes do mercado na data da mensuração.

O *Internacional Accounting Standards Board* (IASB) por meio do *Internacional Accounting Standards* (IAS) nº 32 – *Financial Instruments: Presentation* apresentou uma conceituação similar para o Valor Justo que o definia como o montante pelo qual um ativo poderia ser negociado, ou passivo liquidado, entre duas partes com conhecimento do negócio e interesse em realiza-lo, em uma transação em que não há favorecidos. Entretanto, observa-se a sutil mais importante diferença com a conceituação do IASB, o apelo ao valor do mercado parece mais forte e imediato na definição do FASB. A explícita referência, a valor de saída, de venda, para

conceituação do Valor Justo, tanto para os ativos quanto para os passivos também pode ser notada (IUDICIBUS; MARTINS, 2007).

Com enfoque na mensuração do *Fair Value*, Lustosa (2010, p. 7) apresenta no Quadro 1, os comentários referentes as prescrições do SFAS nº 157.

Quadro 1 – Resumo comentado das prescrições do SFAS nº 157

Fonte: Lustosa (2010, p.7)

Conforme a interpretação de Lustosa (2010) observa-se que o Valor Justo dos ativos e passivos é determinado pelo preço de mercado. No entanto, a existência de um mercado mais vantajoso propicia o reconhecimento de um ganho no momento da transação. Quanto aos recursos para uso ou para troca, observa-se que mesmo ativos utilizados para uso devem ser avaliados pelo preço de venda no mercado. As técnicas de avaliação abordam a venda dos ativos pelos participantes do mercado podendo caracterizar-se de forma direta, pelo preço estimado pelo mercado ou pelo custo. A hierarquia de mensuração é dividida em três níveis que varia da mensuração mais confiável (Nível 1) para a mais subjetiva (Nível 3).

Com enfoque nos níveis de mensuração do valor justo, Benston (2006) realizou um estudo na empresa Enron, observando a utilização frequente dos níveis 2 e 3 na avaliação dos ativos e passivos a valor justo. O nível 3 era mais comumente usado para avaliar contratos de energia elétrica, atividades comerciais e compensar funcionários seniores. Os contadores da Enron, com aprovação dos auditores, utilizavam a avaliação dos ativos e passivos como forma de “maquiar” os relatórios de fluxo de caixa da empresa encobrendo perda em projetos. Com base em uma análise ordenada cronologicamente de suas atividades e investimentos, o autor evidenciou indícios que o uso abusivo dos níveis de mensuração de valor justo da Enron foi substancialmente responsável por sua falência.

A adoção do valor justo como um critério de mensuração fez surgir vários debates, principalmente sobre a confiabilidade e relevância da informação divulgadas, como pode ser evidenciada por meio de estudos de Bath (1994), Barth, Beaver e Landsman (1996) e Eccher, Ramesh e Thiagarajan (1996). A confiabilidade é o grande desafio para adoção de um novo modelo de contabilidade de modo que a subjetividade é inerente no processo de mensuração de ativos e passivos a valor justo (PETTERSON, *et al.* 2010). Em virtude disso, este estudo baseia-se em um acabamento teórico voltado a auxiliar profissionais na área sobre diversos enfoques para a adoção do *Fair Value* como método de reconhecimento contábil.

3 METODOLOGIA

Este trabalho consiste em uma pesquisa exploratória-descritiva, que busca analisar os artigos desenvolvidos na temática de “*Fair Value*” e “Valor Justo”, destacando os assuntos pesquisados e a relação com áreas afins. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e quantitativa, com características bibliográficas e documentais.

Para a seleção dos artigos que constituíram a base da pesquisa documental foram utilizadas as informações provenientes da base de dados do Portal de Periódicos da CAPES. Em primeiro lugar foram pesquisados os artigos que possuíam como palavras-chave a terminologia “*Fair Value*” e “Valor Justo” presente nos títulos. Por seguinte, foram selecionados os artigos que atendiam os requisitos da pesquisa, obtidos por meio de recorte longitudinal no período de 1992 a 2012. A tabela 1

ELEMENTO	PRESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS
Definição de Valor Justo	Preço que seria recebido na venda de um ativo, ou pago na transferência de um passivo, na data da mensuração, em uma transação normal entre participantes do mercado.	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação inteiramente a preço de saída e visão de troca do recurso em si (ativo ou passivo) no mercado • Troca sem favorecimento de nenhuma das partes; • Ótica do mercado e não da entidade específica.
Mercado principal e mais vantajoso	<p>Mercado principal → maior quantidade e volume de transações para o ativo e passivo;</p> <p>Mercado mais vantajoso → melhor oportunidade: maior preço para o ativo e menor preço para o passivo;</p> <p>Regra de prevalência: mercado principal prevalece sobre mercado mais vantajoso.</p>	Valor justo é determinado pelo mercado principal. Se simultaneamente existir um mercado principal e outro mais vantajoso, a oportunidade melhor do que a do mercado principal será reconhecida como um ganho no momento da ocorrência da transação.
Recursos para uso e recursos para troca	<p>Para uso → o preço de saída do ativo individual terá que ser considerado em um contexto de grupo de ativos (sinergia do ativo específico com outros ativos) → prevalece para ativos não financeiros;</p> <p>Para troca → o ativo só é utilizado para troca por outros ativos: não há sinergia do ativo com outros ativos → prevalece para ativos financeiros.</p>	Mesmo para ativos de uso, o foco para avaliação do valor justo é sempre o preço do ativo como um todo em uma transação de venda no mercado, não importando se a entidade não tenha a intenção de vendê-lo. Está implícito que o benefício do uso, que eventualmente poderia majorar o preço de venda do ativo, decorre de sua sinergia com outros ativos.
Técnicas de avaliação	<p>3 abordagens: mercado, lucro e custo;</p> <p>Mercado → preços disponíveis em um mercado ativo;</p> <p>Renda → valor presente de expectativa corrente de fluxos futuros, na perspectiva dos participantes do mercado. Estímulo ao uso de diferentes técnicas, com valor justo resultando de uma ponderação das técnicas;</p> <p>Custo → preço de saída é o custo que o participante de mercado comprador pagaria ao vendedor para repor a mesma utilidade do ativo original.</p>	<p>Abordagens focam na venda do ativo pelos participantes do mercado:</p> <p>Mercado: venda direta, pelo preço no mercado principal ou, na inexistência deste, no mercado mais vantajoso;</p> <p>Renda: venda pelo preço que o mercado estimaria o valor presente dos resultados futuros do ativo. Norma não detalha como seriam obtidos os inputs dos fluxos futuros do ativo individual;</p> <p>Custo: preço de venda é o que o comprador pagaria para obter ativo similar no mercado.</p>
Hierarquia de mensuração do valor justo	<p>Definida em função da disponibilidade de inputs para as abordagens de avaliação:</p> <p>Nível 1 – existe mercado ativo, cujos preços podem ser diretamente acessados pela entidade;</p> <p>Nível 2 – inexistente mercado ativo, mas existe disponibilidade de informações substitutas para estimar o valor justo do ativo;</p> <p>Nível 3 – inexistente mercado ativo e são precárias ou inexistentes as informações substitutas para estimar o valor justo do ativo.</p>	As estimativas do valor justo apuradas utilizando inputs em contextos dos níveis 2 e 3 são bastante subjetivas e incertas, colocando dúvidas sobre a “justiça” do valor que resultar do seu cálculo.

evidencia a amostra do estudo que foi composta de 66 artigos, sendo 4 nacionais e 62 internacionais.

Publicações	Total	%
Internacionais	62	93,94
Nacionais	4	6,06
Total	66	100,00

Tabela 1: Resumo de artigos pesquisados
Fonte: Autores

3.1 Enfoques Teóricos das Pesquisas sobre “Fair Value”

O enfoque teórico presente em pesquisas na área de Contabilidade, Administração e Economia, indicam uma sólida estrutura teórica para o desenvolvimento das pesquisas sobre “Fair Value”, delimitando a apreciação de perspectivas suficientes para conciliar aspectos preponderantes na complexidade da gestão empresarial (BARROS; TEODORO; ESPEJO; 2012), como pode ser observado, no Quadro 2.

Enfoque	Descrição
Contingencial	A organização constitui um sistema aberto e reagente às pressões exercidas pelo meio externo, tais como competição, exigências de adequação a padrões normativos e outros agentes críticos que influenciam o desempenho organizacional. Em essência, esse enfoque considera que não há uma estrutura única que seja efetiva a todas as organizações diante da variada e constante necessidade de adaptação imposta pela dinâmica de modificações no ambiente.
Comportamental	Cerne desse enfoque é o comportamento observável do indivíduo no contexto organizacional por meio de um conjunto de hábitos e traços característicos existentes. Enfatiza a investigação das variantes de comportamento que influenciam e são influenciados por aspectos organizacionais tais como natureza do trabalho, clima organizacional, outras influências internas e influências externas.
Econômico	Concentra-se a descoberta de respostas dos problemas referentes à produção, distribuição, acumulação e consumo identificando combinações e arranjos capazes de maximizar a eficiência do uso de recursos disponíveis. Uma relação mais extensa da pesquisa com enfoque econômico inclui: emprego, produção, trocas, mercados, concorrência, remunerações, crescimento, equilíbrio e organização;
Institucional	Sob o enfoque institucional, a sobrevivência das organizações depende da capacidade de entendimento das regras, crenças, valores e interesses criados e consolidados num determinado contexto ambiental. As organizações com um tempo são transformadas em instituições, por serem sistemas sociais que possuem metas e procedimentos estabelecidos, tendo valores por trás de requerimentos técnicos.

Quadro 2: Enfoques teóricos de pesquisas sobre “Fair Value”
Fonte: Barros; Teodoro; Espejo (2012, p. 6).

As abordagens metodológicas na área de contabilidade são provenientes de duas premissas distintas: normativa e positiva. Conforme Hendriksen e Van Breda (2007) a abordagem positiva visa mostrar e explicar quais informações e como elas devem ser apresentadas e comunicadas aos usuários dos relatórios contábeis. A abordagem normativa tem em vista recomendar que dados devem ser comunicados e como devem ser apresentados.

A abordagem positiva tem por finalidade fornecer informações para explicar e prever determinados fenômenos, denominação essa proveniente da economia. Por

outro lado, a normativa é utilizada em sentido oposto ao significado da positiva, de modo que se encarrega em indicar os conceitos de mensuração que deveriam ser empregados na elaboração dos relatórios contábeis (IUDICIBUS; LOPES; 2004).

3.2 TIPOLOGIAS METODOLÓGICAS DE PESQUISAS VOLTADAS AO “FAIR VALUE”

A pesquisa científica “[...] é um conjunto de procedimentos sistemáticos, baseados no raciocínio lógico, tendo por finalidade obter soluções para problemas propostos mediante o emprego de métodos científicos” (ANDRADE, 2007, p. 111). Nesse contexto, as tipologias metodológicas delimitam as pesquisas auxiliando o pesquisador na exploração da questão de pesquisa estabelecida. (BARROS; TEODORO; ESPEJO, 2012). O Quadro 3 apresenta resumidamente algumas definições quanto a tipologias metodológicas em pesquisas sobre “Fair Value”.

Quanto aos Objetivos	Teóricos	“[...] é o conjunto de conceitos, definições e proposições sistematicamente inter-relacionadas, que são antecipados para explicar e prever fenomenos” (COOPER; SCHINDLER, 2003)
	Empíricos	“[...] a ciência é vista como uma descrição dos fatos baseada em observações e experimentos que permitem estabelecer induções” (MARTINS e THEÓFILO, 2007, p.39).
Quanto aos procedimentos	Bibliográfica	“[...] é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente essa modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, jornais, teses, dissertações e anais de eventos” (GIL, 2010, p. 29)
	Documental	A pesquisa documental emprega fontes primárias, assim considerados os materiais compilados pelo próprio autor. Diarios, documentos arquivados em entidades publicas e privadas, gravações, são alguns exemplos. (MARTINS; THEÓFILO; 2007)
	Estudo de Caso	“[...] é uma investigação empirica que investiga um fenomeno contemporaneo dentro do seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre os fenomenos e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2001, p. 32).
	Experimental	“A principal característica dos experimentos está na manipulação, em que há uma tentativa deliberada e controlada de produzir efeitos diferentes por meio de diferentes manipulações” (BEUREN, 2009. p. 88).
	Survey	“(…), procede-se a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca o problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa obter as conclusões correspondentes aos dados coletados (...)” (GIL, 2010, p.44).
Quanto à abordagem do problema de pesquisa	Qualitativo	“Preocupa-se em entender, compreender e descrever os comportamentos humanos através de um quadro de referencia; Orientado para a descoberta, exploratório, descritivo e indutivo” (MARTINS e THEÓFILO, 2007, p.28).

	Quantitativo	“[...] pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão, etc” (RICHARDSON, 1999, p. 70).
--	--------------	--

Quadro 3: Resumo de Tipologias de Estudo

Fonte: Adaptado de RICHARDSON (1999); YIN (2001); COOPER; SCHINDLER (2003); MARTINS; THEÓPHILO (2007); BEUREN (2009); GIL (2010)

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise e a discussão dos dados foi fundamentada na origem dos artigos, quantificação anual das publicações e também por periódicos, volume de publicações por autores e obras mais referenciadas, além dos enfoques e tipologias evidenciados nos artigos.

A Tabela 2 demonstra os países de origens das publicação no período analisado, observa-se a incidência de maior número de publicações provenientes do Estados Unidos (54,55%); esse fato, pode ser explicado pela publicação de diversas normas pelo *Financial Accounting Standards Board* (FASB), principalmente sobre instrumentos financeiros, que exigem a divulgação e estimativa de valor justo dos ativos e passivos, como por exemplo, as *Statement of Financial Accounting Standards* (SFAS) 87, 105, 107, 115, 119 e 121 (BATH; LANDSMAN; 1995).

País	Nº de Publicações	%
EUA	36	54,55%
Austrália	7	10,61%
Holanda	3	4,55%
Reino Unido	8	12,12%
Alemanha	3	4,55%
Canadá	2	3,03%
Japão	1	1,52%
Áustria	1	1,52%
Brasil	4	6,06%
Rússia	1	1,52%
Total	66	100,00%

Tabela 2 – Publicações sobre Fair Value e países de origens

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

A Tabela 3 representa o número de publicações nacionais e internacionais em periódicos, no período de 1992 a 2012, um ponto relevante a ser observado, quanto a publicações nacionais, refere-se ao início das publicações que pode estar relacionado principalmente com a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade. No ano de 2007, foi publicado o primeiro artigo intitulado “*Uma investigação e uma proposição sobre o conceito e o uso do Valor Justo*”, de autoria dos professores Sergio de Ludicibus e Eliseu Martins, no qual investigam o conceito do *Fair Value* apresentadas pelo IASB, FASB e pelas Normas Brasileiras.

Com enfoque nas publicações internacionais, nota-se que a maioria dos artigos foi publicada nos últimos 6 anos, com destaque para o ano de 2011, no qual aproximadamente 24% das publicações pesquisadas ocorreram.

Ano	Publicações	Publicações	Total	Quartis
-----	-------------	-------------	-------	---------

	Internacionais		Nacionais		Quant.	%	
	Quant.	%	Quant.	%			
1992	-	-	-	-	-	-	
1993	-	-	-	-	-	-	
1994	1	1,61%	-	-	1	1,52%	8
1995	3	4,84%	-	-	3	4,55%	
1996	4	6,45%	-	-	4	6,06%	
1997	-	-	-	-	-	-	
1998	-	-	-	-	-	-	
1999	1	1,61%	-	-	1	1,52%	2
2000	-	-	-	-	-	-	
2001	1	1,61%	-	-	1	1,52%	
2002	2	3,23%	-	-	2	3,03%	
2003	5	8,06%	-	-	5	7,58%	
2004	1	1,61%	-	-	1	1,52%	13
2005	1	1,61%	-	-	1	1,52%	
2006	4	6,45%	-	-	4	6,06%	
2007	4	6,45%	1	25,00%	5	7,58%	
2008	7	11,29%	1	25,00%	8	12,12%	
2009	3	4,84%	-	-	3	4,55%	43
2010	9	14,52%	1	25,00%	10	15,15%	
2011	15	24,19%	-	-	15	22,73%	
2012	1	1,61%	1	25,00%	2	3,03%	
Total	62	100,00%	4	100,00%	66	100,00%	

Tabela 3 – Publicações sobre Fair Value no período de 1992 a 2012

Fonte: Dados da pesquisa (2012)

A Tabela 4 apresenta a quantidade de publicações internacionais e nacionais, observa-se que o periódico *Journal of Accounting and Economics* apresentou 12 artigos publicados com a terminologia *Fair Value*, seguido pelo *Journal of Accounting, Finance and Business Studies* (ABACUS) com 7 publicações.

Publicações Internacionais e Nacionais	Quantidade
<i>Journal of Accounting and Economics</i>	12
<i>Journal of Accounting, Finance and Business Studies</i>	7
<i>Journal of Accounting and Public Policy</i>	3
<i>The British Accounting Review</i>	3
<i>Zeitschrift Für Betriebswirtschaft</i>	3
<i>Accounting Horizons</i>	3
<i>The Accounting Review</i>	2
<i>Accounting, Organizations and Society</i>	2
<i>Journal of Banking & Finance</i>	2
<i>Journal of Business Finance & Accounting</i>	2
<i>Rev Acc Stud</i>	2
<i>Socio-Economic Review</i>	2
<i>European Accounting Review</i>	1
<i>Critical Perspectives on Accounting</i>	1
<i>Accounting Forum</i>	1
<i>Business and Economics Journal</i>	1
<i>The Journal Risk and Insurance</i>	1
<i>DAAAM Internacional</i>	1
<i>Financial Management</i>	1
<i>Ibusiness</i>	1

<i>International Journal of Auditing</i>	1
<i>International Journal of Business and Management</i>	1
<i>International Review of Administrative Science</i>	1
<i>J. Real Estate Finan. Econ</i>	1
<i>Journal of Corporate Finance</i>	1
<i>Journal of Legal, Ethical and Regulatory Issues</i>	1
<i>Journal of Property Investment & Finance</i>	1
<i>Management Science</i>	1
<i>Real Estate Economics</i>	1
<i>Review of Quantitative Finance and Accounting</i>	1
<i>Revista Ambiente Contábil</i>	1
<i>Revista Contabilidade e Finanças</i>	1
<i>Revista Universo Contábil</i>	1
<i>Revista da Ciências da Administração</i>	1
<i>Transit. Stud Rev.</i>	1
	66

Tabela 4 – Publicações por periódicos no período de 1992 a 2012
 Fonte: Dados da pesquisa (2012)

A Tabela 5 demonstra os autores com maior número de publicações sobre a terminologia *Fair Value* no período de 1992 a 2012. Cabe destaque para a autora *Mary E. Bath* que durante o período analisado participou como autora principal ou co-autora em 5 artigos. *Wayne R. Landsman* foi o segundo autor com mais publicações 3 ao total.

Autores	Quantidade
BATH, Mary E.	5
LANDSMAN, Wayne R.	3
WAHLEN, James M.	2
BENSTON, George J.	2
MULLER, Karl A.	2
GALERA, Andrés N.	2
BOLÍVAR, Manuel P. R.	2
PETRONI, Kathy R.	2

Tabela 5 – Autores com maior número de publicações
 Fonte: Dados da pesquisa (2012)

A Tabela 6 apresenta os autores mais citados entre os 66 artigos internacionais e nacionais analisados na presente pesquisa.

Autores	Quantidade de Citações
BARTH, Mary E.	51
LANDSMAN, Wayne R.	37
WAHLEN, James M.	20
BEAVER, W. H.	16
NELSON, K.	13
ECCHER, E. A.	12
RAMESH, K.	12
THIAGARAJAN, S. R.	12
PETRONI, K.	10
RAMANNA, K.	7

Tabela 6 – Autores mais citados
 Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Observa-se que a autora *Mary E. Barth* foi a mais citada entre as publicações pesquisadas com um total de 51. *Wayne R. Landsman* foi citado 37 vezes aparecendo em segunda colocação. Nota-se a expressiva vantagem de *Mary E. Barth* que foi citada aproximadamente 38% a mais que o segundo. Essa vantagem pode ser explicada pelo fato da autora apresentar mais publicações durante o período analisado.

A Tabela 7 exhibe os 10 artigos mais citados entre as publicações analisadas.

Autores	Artigos	Ano	Quantidade
BARTH, M.E., BEAVER, W.H. LANDSMAN, W. R.	<i>Value relevance on bank's fair value disclosures under SFAS No. 107</i>	1994	17
NELSON, K	<i>Fair value accounting for commercial banks : an empirical analysis of SFAS No.107.</i>	1996	12
BARTH, M. E.	<i>Fair value accounting: evidence from investment securities and the market valuation of banks</i>	1994	11
ECCHER, E.,RAMESH K. e THIAGARAJAN, R.	<i>Fair Value Disclosures by Bank Holding Companies</i>	1996	11
BARTH, M. E., LANDSMAN, WAYNE R.	<i>Fundamental issues related to using fair value accounting for financial reporting</i>	1995	8
DANBOLT, J. & REES, W.	<i>An experiment in fair value accounting: UK investment vehicles</i>	2008	5
BARLEV, B. e HADDAD, J.	<i>Fair value accounting and the management of the firm</i>	2003	4
LAUX, C. e LEUZ, C.	<i>The crisis of fair-value accounting: making sense of the recent debate</i>	2009	4
PETRONI, K. e WAHLEN, J.M.	<i>Fair values of equity and debt securities and share prices of property-liability insurance companies</i>	1995	4
WHITTINGTON, G.	<i>Fair value and the IASB/FASB conceptual framework project: an alternative view</i>	2008	4

Tabela 7 – Artigos mais citados
 Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Observa-se que o artigo publicado por *Mary E. Barth* e *Wayne R. Landsman*, “*Value relevance on bank's fair value disclosures under SFAS No. 107*” foi citado em 17 artigos analisados. Em segundo lugar aparece a obra de *Nelson, K.* “*Fair value accounting for commercial banks : na empirical analysis of SFAS No.107*”, com 12 citações. Nota-se que entre os 10 artigos mais citados 3 apresentam autoria de *Mary E. Barth*, demonstrando que a referida autora é referência sobre o assunto, principalmente em estudos sobre a abordagem do “*Fair Value*” em bancos.

Os artigos que constituem a amostra da pesquisa demonstram grande tendência de enfoque econômico (68%), seguido pelos enfoques comportamental e contingencial, como pode ser observado na Tabela 8. Isso pode ser explicado pelo fato de que pesquisas referentes a “*Fair Value*” conservam uma relação mais ampla com temáticas econômicas como, por exemplo, a produção, mercados,

remunerações, crescimento, equilíbrio e organizações.

Enfoque	Publicações Internacionais	%	Publicações Nacionais	%	Total	%
Comportamental	7	11%	1	25%	8	12%
Contingencial	8	13%	0	0%	8	12%
Econômica	43	69%	2	50%	45	68%
Institucional	4	6%	1	25%	5	8%
Total	62	100%	4	100%	66	100%

Tabela 8 – Enfoque teóricos das publicações em *Fair Value*
Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Com enfoque na abordagem, as publicações apresentaram tendência a pesquisas normativas (53%), conforme pode ser observado na Tabela 9 abaixo. O percentual superior de pesquisas normativas pode ser justificado devido a estudos sobre “Fair Value” ainda representarem-se incipientes na literatura. Em vista disso, observa-se haver indícios da adoção de certo conservadorismo por parte dos pesquisadores que preferem recomendar as informações a serem evidenciadas em vez de explicar como elas devem ser apresentadas aos usuários.

Abordagem	Publicações Internacionais	%	Publicações Nacionais	%	Total	%
Positiva	30	48%	1	25%	31	47%
Normativa	32	52%	3	75%	35	53%
Total	62	100%	4	100%	66	100%

Tabela 9 – Abordagem das publicações em *Fair Value*
Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Na análise das tipologias metodológicas, observa-se que 80% das publicações demonstram cunho empírico, destas 50 artigos são internacionais. Nota-se com base nos dados coletados a ampla incidência da uma abordagem fundamentada em fornecer uma descrição dos acontecimentos baseada em observações que levam a indução.

A tipologia metodológica quanto aos procedimentos da pesquisa evidenciam predominância de pesquisas documentais, visto que representam 58% do total das publicações. Observa-se que o estudo apresentou apenas um artigo enfatizando o estudo de caso, dois oriundos de experimentos e três provenientes de questionários (*survey*). As pesquisas bibliográficas apresentaram 33% do total de publicações, no entanto, as mesmas foram predominantes em pesquisas nacionais. Com enfoque nas publicações internacionais, observa-se que 70% dos estudos empíricos são pesquisas documentais, ou seja, pesquisas provenientes de fontes primárias reunidas pelo próprio autor. Essa informações podem ser evidenciadas na Tabela 10.

	Internacional				Nacional				Total	
	Teórico	%	Empírico	%	Teórico	%	Empírico	%		
Bibliográfico	10	83%	10	20%	1	100%	1	33%	22	33%
Documental	2	17%	35	70%	-	-	1	33%	38	58%
Estudo de Caso	-	-	1	2%	-	-	-	-	1	2%
Experimental	-	-	2	4%	-	-	-	-	2	3%
Survey	-	-	2	4%	-	-	1	33%	3	5%
Total	12	100%	50	100%	1	100%	3	100%	66	100%

Tabela 10 – Publicações de tipologia metodológicas de pesquisa em *Fair Value*
Fonte: Dados da pesquisa (2012)

A Tabela 11 apresenta a classificação das publicações em *Fair Value* quanto a abordagem de pesquisa. Nota-se que uma pequena predominância de abordagem quantitativa em publicações internacionais (44%). No entanto, com enfoque em artigos nacionais, dos 4 artigos analisados 3 demonstram enfoque qualitativo. Publicações com abordagem quali-quantitativa representam 15% do total de artigos analisados.

Enfoque	Publicações Internacionais	%	Publicações Nacionais	%	Total	%
Qualitativo	25	40%	3	75%	28	42%
Quantitativo	27	44%	1	25%	28	42%
Quali-Quantitativa	10	16%	-	-	10	15%
Total	62	100%	4	100%	66	100%

Tabela 11 – Tipologia das publicações quanto à abordagem do problema de pesquisa em *Fair Value*
Fonte: Dados da pesquisa (2012)

Com enfoque nas pesquisas sobre o *Fair Value*, vários autores realizaram estudos evidenciando diversas temáticas da área contábil e financeira, como assimetria informacional (MULLER, RIEDL; SELLHORN, 2011), instituições financeiras (BARTH; 1994, BARTH; LANDSMAN; 1995; 1996; BEATTY; CHAMBERLAIN; MAGLILOLO, 1996; CORNETT; REZAEI; TEHRANIAN, 1996; ECCHER; RAMESH; THIAGARAJAN; 1996) ativos imobilizados (HERRMANN; SAUDAGARAN; THOMAS, 2006; DEACONU; BUIGA; NISTOR, 2010), auditoria (KUMARASIRI; FISHER, 2011), compensação de gestores (LIVNE; MARKARIAN; MILNE, 2011), crise financeira (BOYER, 2007; GAO; GAICHUNE, 2009; LAUX; LEUZ, 2009; BEISLAND, 2010), *disclosure* (GRAHAM; LEFANOWICZ; PETRONI, 2003; ROBINSON; BURTON, 2004; BLACCONIERE *et al.*, 2011; CORE, 2011; GAYNOR; McDANIEL; YOHAN, 2011), fundos de pensão (HANN; HEFLIN; SUBRAMANAYAM, 2007; BRONEN; PRADO; VERBEEK, 2010), gerenciamento de resultado (BENSTON, 2008; BARTH; TAYLOR, 2010), *goodwill* (SKINNER, 2008; RAMANNA, 2008; JARVA, 2009), Impostos diferidos (RECH; PEREIRA; OLIVEIRA, 2008; BREITKREUZ; MUBIG, 2011), instrumentos financeiros (BHARGAVAMOZES, 2002; GRAY; 2003, DANBOLT; REES 2008; LINS; SERVAES; TAMOYO, 2011; ; DUBOFSKY, 2011), métodos de mensuração (BERLEV; HADDAD, 2003; KHUARANA; KIM, 2003), percepção dos profissionais contábeis (IGHIAN, 2010; MELO; *et al.* 2012), propriedade de investimento (DIETRICH; HARRIS; MULLER, 2001), setor público (GALERA; BOLIVAR, 2010;2011).

Com a temática **assimetria informacional** destaca-se a pesquisa de Muller, Riedl e Sellhorn (2011), que analisaram os efeitos da obrigatoriedade da IAS 40 da prestação de informações sobre o *Fair Value* para ativos não circulantes. Os achados demonstram que empresas com a adoção obrigatória da norma apresentaram declínio na assimetria informacional; contudo elas ainda tem tendência de possuir maior assimetria informacional que as empresas que adotam voluntariamente o IAS 40. Segundo os autores, esse fato é atribuído à baixa confiabilidade dos valores justos reportados pelas empresas obrigatórias.

Com enfoque nas **instituições financeiras**, Barth (1994) investigou como a evidenciação do *Fair Value* em títulos dos bancos de investimentos pode refletir no preço das ações em comparação ao custo histórico. Os achados da pesquisa indicam que as estimativas por meio do valor justo fornecem uma poder informacional significativamente maior que o custo histórico para títulos de investimento. O impacto da adoção dos pronunciamentos contábeis em instituições financeiras foi o centro de estudos de varios autores Beatty, Chamberlain e Magliolo (1996) analisam os retornos de holdings bancárias e companhias de seguro diante da adoção do SFAS 115 e evidenciaram que o preço das ações das instituições financeiras foram afetadas negativamente pela adoção. Tais resultados são coerentes com os estudos de Cornett, Rezaee e Tehranian (1996) que analisando o impacto de 23 pronunciamentos relacionados ao *Fair Value*, também encontraram uma maior probabilidade da emissão das normas de "*Fair Value*" produzir efeitos negativos no preço de ações dos bancos analisados. Estudos de Barth, Beaver e Landsman (1996) fornecem evidências que as estimativas de *Fair Value* de empréstimos, títulos e dívidas a longo prazo divulgadas pelo SFAS nº 107 apresentam poder explicativo significativo para os preços das ações de bancos além dos valores fornecidos pela contabilidade, contrariando os achados de Eccher, Ramesh e Thiagarajan (1996) que afirmam que evidenciação do valor justo para outros instrumentos financeiros que não sejam valores mobiliários é limitada. Outro estudo relevante sobre instituições financeiras foi realizado por Nissim (2003) que encontrou indícios que os administradores dos bancos gerenciam o valor justo divulgado da sua carteira de crédito como tentativa de afetar favoravelmente a avaliação de mercado do seu risco e desempenho.

Kumarasini e Fisher (2011) realizaram um estudo com o propósito de identificar e analisar os desafios enfrentados pelos **auditores** decorrentes da adoção pronunciamentos relacionados ao *Fair Value*. Com uma pesquisa com 156 auditores do Sri Lanka, os autores apontaram os seguintes pontos como dificuldades vivenciadas pelos auditores na adoção dos pronunciamentos: a falta de conhecimento técnico, dificuldades associadas com a variação nas técnicas para determinar os valores justos de diferentes setores. Além das complexidades gerais em apurar os valores justos. Como forma de atenuar essas preocupações dos auditores, os autores sugerem a prestação de adequado treinamento e orientação técnica.

Com enfoque em pesquisas sobre **ativos imobilizados**, Herrmann, Saudagaran e Thomas (2006) realizaram um estudo em empresas americanas onde verificaram que os ativos imobilizados evidenciados por *Fair Value* representaram características qualitativas - valor preditivo, valor de *feedback*, fidelidade representacional, comparabilidade - superiores ao custo histórico. Contudo, a característica relacionada a verificabilidade dos ativos favoreceu a adoção do custo histórico. Deaconu, Buiga e Nistor (2010) utilizando o mesmo enfoque, investigaram a relevância do valor dos ativos reavaliados e seu reflexo em função da indústria, tamanho da empresa, idade dos ativos e a reação dos investidores no mercado romeno antes da adesão da

Romenia à União Europeia.

Livne, Markarian e Milne (2011) examinaram o papel da contabilidade de *Fair Value* no resultado da **compensação de CEOs** em instituições financeiras americanas, demonstram haver evidências consistentes da ligação positiva entre os bônus dos CEO e a avaliação dos ativos negociados em Valor Justo, bem como a relação positiva também entre remuneração dos CEOs e as valorizações de ativos disponíveis para venda a *Fair Value*.

O papel da contabilidade a *Fair Value* na **crise financeira** é controverso e muito discutido. Laux e Leuz (2009) levantaram um debate sobre os prós e contras do valor justo contábil. Apontando questões sobre o *Fair Value* e sua adoção em períodos de crise. Indagaram sobre os efeitos retificadores da utilização do custo histórico. Gao e Gaichune (2009) em seu estudo analisaram a relação entre o *Fair Value* e crise financeira evidenciando que o valor justo é apenas um catalisador, em vez da causa da crise. Contrariamente, Boyer (2007) contesta o fato dos princípios contábeis em detrimento do *Fair Value* fornecer melhores informações, em função de o valor justo propiciar a cada instante um valor de liquidação. Em períodos de crise esta discrepância aumenta o grau de incerteza dos valores dos ativos.

Em publicações relacionadas ao **disclosures**, Graham, Lefanowicz e Petroni (2003) investigaram a pertinência dos *disclosures* de valor justo para títulos negociados publicamente e contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, encontrando uma relação positiva significativa entre a divulgação pelo método de equivalência patrimonial e os retornos dos títulos de mercado. Gaynor, McDaniel e Yohn (2011) realizaram um experimento com contadores públicos certificados (CPAs) na qual 70% dos participantes avaliaram incorretamente o risco de uma empresa de crédito quando um ganho por *Fair Value* é reconhecido. Os autores encontraram indícios que os *disclosures* relacionados a evidenciar a relação entre a direção da mudança de risco de crédito e o efeito na demonstração de resultado reduzem significativamente a compreensão dos participantes. Blacconiere *et al.* (2011) examinaram a volatilidade de opções sobre ações divulgadas pela SFAS 123 e testaram se as retratações (*disclosures* voluntárias) são informativas. Os resultados fundamentam a hipótese de que as evidenciações voluntárias informam o usuário sobre a confiabilidade das estimativas de volatilidade. Core (2011) realiza uma discussão sobre o artigo de Blacconiere *et al.* no qual sugere novos estudos sobre o oportunismo dos *disclosures* voluntários.

Hann, Heflin e Subramanayam (2007) investigaram o advento do *Fair Value* para os **fundos de pensão**. Seus achados demonstram não haver benefícios informativos para a adoção do modelo de valor justo para a contabilidade de pensão.

Com enfoque no **gerenciamento de resultado**, Barth e Taylor (2010) debatem o artigo de Dechow, Myers e Shakespeare (2009) no qual demonstram uma relação negativa entre a renda das atividades de securitização e de renda de atividades não securitizadas, tais achados indicam que os gerentes usam a flexibilidade disponível na normatização contábil de *Fair Value*, para suavizar resultados. Benston (2008) discute sobre os exemplos apresentados pelo FASB para demonstrar o uso do *Fair Value* como preço de saída. Conforme o autor há evidências que a aplicação do SFAS 157 promove a oportunidade de manipulação dos resultados.

Em publicações envolvendo **goodwill**, destaca-se Jarva (2009) que analisou com base no SFAS 142 a associação da baixa do *goodwill* com fluxos de caixa futuros esperados, revelando que a associação é insignificante para empresas com reestruturação. O autor também não encontrou provas convincentes que as empresas

analisadas agem oportunamente para evitar prejuízos. Kamanna (2008) apresentou resultados consistentes com o SFAS 142 que observa o teste de *impairment* para as empresas que se opõem à obolição do *pooling*. Os resultados também evidenciam que um provável potencial de oportunismo mantido pelo SFAS 142 no teste de *impairment*. Na mesma linha, Skinner (2008) discute o artigo de Kamanna (2008) comentando a conclusão das empresas precionarem o FASB para obter um medida de valor justo baseado em regras do *impairment* para facilitar a capacidade de manipular demonstrações contábeis. O autor também debate sobre novas linhas de pesquisas a serem exploradas sobre o tema.

Sobre estudos acerca de **impostos diferidos**, Rech, Pereira e Oliveira (2008) analisaram os afeitos da utilização dos critérios de reconhecimento e mensuração de ativos biológicos em relação aos impostos diferidos. A pesquisa demonstra que 33,3% das empresas de pecuária do estado do Mato Grosso apresentam impostos diferidos em suas demonstrações contábeis, sendo que o reconhecimento e mensuração pelo valor justo aumentam a transparência nas demonstrações. Breitreuz e Mübig (2011) evidenciaram em detalhes as varias áreas problemáticas para a aplicação do valor justo em impostos diferidos.

Lins, Servaes e Tamayo (2011) investigaram os CFOs em 36 países com o propósito de analisar como as empresas alteraram suas políticas de gestão de risco em função da adoção do *Fair Value* para **instrumentos financeiros**. Os resultados demonstram que as empresas mais propensas a serem afetadas pelas políticas de gestão procuram usar o gerenciamento de risco para reduzir a volatilidade dos resultados. Dessa forma, os autores concluem que os requisitos para reconhecer os derivativos pelo valor justo têm impacto significativo no resultado, reduzindo também as atividades especulativas. Mozes (2002) propõe uma estrutura de avaliação residual de renda para avaliar divulgações de *Fair Value* requeridas pelo SFAS 119.

Na perspectiva **da percepção profissional** do *Fair Value*, Melo *et al.* (2012) realizaram uma pesquisa envolvendo contadores e professores de contabilidade, na qual buscaram analisar a opinião dos profissionais relativo ao método de evidenciação a Valor Justo, os resultados demonstram que 60,1% da amostra estão em sintonia com a visão do IASB e FASB atribuindo ao Valor Justo a geração de informações mais relevantes. Ighian (2010) realizou um estudo empírico sobre a percepção dos profissionais de contabilidade na Romênia em relação a sistemas contábeis com base no Valor Justo, os achados demonstram a importância da utilização híbrida dos métodos de evidenciação.

Dietrich, Harris e Muller (2001) investigaram a confiabilidade da mensuração do valor justo para **propriedade de investimento** no Reino Unido. Os autores afirmam que as estimativas de avaliação dos preços reais de venda são consideravelmente menos tendenciosas e mais precisas que preços de venda decorrentes de custo histórico, ainda mais quando a avaliação é realizada por auditores externos.

No **setor público** Galera e Bolivar (2011; 2012) descrevem a relevância da adoção do método de *Fair Value* como sinônimo de transparência e eficiência. Os autores analisaram países com economias emergentes, e evidenciaram a utilidade do valor justo como forma de mensuração dos ativos públicos. Em outro estudo os autores apresentam o valor justo como fator chave para melhorar a prestação de contas governamentais, além de melhorar a comparabilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo identificar as abordagens temáticas e metodológicas sobre *Fair Value* em periódicos nacionais e internacionais no período de 1992 a 2012. Os resultados da pesquisa demonstram que os artigos de origem americana são predominantes no estudo do *Fair Value*, apresentando um percentual de 52% do total de publicações, seguidos por Austrália (9%) e Reino Unido (8%). Durante o período analisado observou-se um grande número de publicação nos últimos 6 anos (65%). Destaque para o ano de 2011 que apresentou 15 publicações. A maior tendência de publicações americanas pode estar associada a influências do ambiente jurídico. Uma vez que países com sistemas jurídicos em *Common Law*, a exemplo dos Estados Unidos, Reino Unido, Austrália, possuem maior dependência do mercado de capital como fonte de financiamento. Dessa forma, pesquisas que impactam diretamente na qualidade da informação contábil tornam-se mais relevantes. Por outro lado, países com sistemas jurídicos de *Code Law*, como o Brasil, onde a dependência do mercado de capitais é menor e o controle das empresas é mais concentrado, estudos sobre essa temática tornam-se mais incipientes.

Com enfoque nos periódicos analisados, destacou-se o *Journal of Accounting and Economics* com a publicação de 12 artigos sobre a temática *Fair Value* durante o período, seguido pelo *Journal of Accounting, Finance and Business Studies* (ABACUS) com 7 artigos. Na perspectiva de publicações, a autora *Mary E. Barth* liderou o número de artigos publicados com 5 publicações como autora ou co-autora. Notou-se também que a autora é referência na área, pois seus estudos foram citados 51 vezes nas publicações analisadas, demonstrando expressiva superioridade (38%) em relação ao segundo autor *Wayne R. Landsman*. Observou-se que entre os artigos mais citados, a obra publicado por *Mary E. Barth* e *Wayne R. Landsman*, “*Value relevance on bank's fair value disclosures under SFAS No. 107*” foi referenciado em 17 artigos analisados, em segundo lugar aparece a obra de *Nelson, K.* “*Fair value accounting for commercial banks : na empirical analysis of SFAS No.107*”, com 12 citações.

Quanto às abordagens metodológicas, observou-se o predomínio de publicação com enfoque econômico, 68% do total. A abordagem normativa também obteve maior representatividade dentre os artigos (53%). Na análise das tipologias metodológicas, observou-se que 80% das publicações demonstram cunho empírico, destas 50 artigos são internacionais. Quanto aos procedimentos da pesquisa notou-se predominância de pesquisas documentais, visto que representam 58% do total das publicações. Evidenciou-se que o estudo apresentou apenas um artigo enfatizando o estudo de caso, dois oriundos de experimentos e três provenientes de questionários (*survey*). As pesquisas bibliográficas apresentaram 32% do total de publicações. Na análise das abordagem de problema, nota-se uma pequena predominância de abordagem quantitativo em publicações internacionais (44%). No entanto, com enfoque em artigos nacionais, dos 4 artigos analisados 3 demonstram enfoque qualitativo. Publicações com abordagem quali-quantitativa representam 15% do total de artigos analisados.

Com enfoque nas pesquisas sobre o *Fair Value*, vários autores realizaram estudos evidenciando diversas temáticas da área contábil e financeira, como assimetria informacional, instituições financeiras, ativos imobilizados, auditoria, compensação de gestores, crise financeira, *disclosure*, fundos de pensão, gerenciamento de resultado, *goodwill*, impostos diferidos, instrumentos financeiros, percepção dos profissionais contábeis, propriedade de investimento, setor público.

Os resultados do estudo demonstram que pesquisas sobre o *Fair Value* ainda são incipientes no âmbito nacional. Curiosamente, nota-se que no Brasil as primeiras publicações datam no ano de 2007, sendo o primeiro artigo de autoria dos professores Sergio de Iudícibus e Eliseu Martins, intitulado “*Uma investigação e uma proposição sobre o conceito e o uso do Valor Justo*”, no qual investiga o conceito do *Fair Value* apresentadas pelo IASB, FASB e pelas Normas Brasileiras. A carência de estudos demonstra um amplo horizonte de pesquisas a serem realizadas. Como sugestão para futuras pesquisas, recomenda-se aprofundamento dos estudos na literatura nacional e internacional investigando a eficiência da informação contábil a valor justo e a relevância da divulgação no mercado, contribuindo, assim, para a formação de uma massa crítica na área sobre a terminologia do *Fair Value*.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 8ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007
- BARLEV, Benzion. HADDAD, Joshua Rene. Fair Value Accounting and the Management of the Firm. **Critical Perspectives on Accounting**. p. 383-415, 2003.
- BARTH, Mary E. Fair Value Accounting: Evidence from Investment Securities and Market Valuation of Banks. **The Accounting Review**. v. 69. p. 1-25, 1994
- LADSMAN, Wayne R. Fundamental issues related to using fair value accounting for financial reporting. **Accounting Horizons**. v. 9. p. 97. 1995.
- WAHLEN, James M. Fair value accounting: Effects on banks' earnings volatility, regulatory capital, and value of contractual cash flows. **Journal of Banking & Finance**. v. 19. p. 577-605, 1995.
- BEAVER, William H. LANDSMAN, Wayne R. Value-Relevance of Banks' Fair Value Disclosures under SFAS No. 107. **The Accounting Review**. v. 71. No. 4. p. 513-537, 1996.
- TAYLOR, Daniel. In defense of fair value: Weighing the evidence on earnings management and asset securitizations. **Journal of Accounting and Economics**. p. 26-33, 2010.
- BEATTY, Anne. CHAMBERLAIN, Sandra. MAGLIOLO, Joseph. An empirical analysis of the economic implications of fair value accounting for investment securities. **Journal Accounting and Economics**. v. 22. p. 43-77, 1996
- BEISLAND, Leif Atle. A Note on Fair Value Accounting in a Crisis: The Influence of the Hedge Accounting Regulations. **Business and Economics Journal**, 2010.
- BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.
- BENSTON, George J. Fair-value accounting: A cautionary tale from Enron. **Journal of Accounting and Public Policy**. p. 465-484., 2006.
- The shortcomings of fair-value accounting described in SFAS 157. **Journal of Accounting and Public Policy**. p. 101-114., 2008.
- BHARGAVA, Rahul. DUBOFSKY, David A. A note on fair value pricing of mutual funds. **Journal of Banking & Finance**. p. 339- 354, 2001.

- BHAT, Gauri. FRANKEL, Richard. MARTIN, Xiumin. Panacea, Pandora's box, or placebo: Feedback in bank mortgage-backed security holding and fair value accounting. **Journal Accounting and Economics**. v. 52. p. 153-173. 2011.
- BLACCONIERE, Walter G. FREDERICKSON, James R. JOHNSON, Marilyn. LEWIS, Melissa. Are voluntary disclosures that disavow their liability of mandated fair value information informative or opportunistic? **Journal Accounting and Economics**. v. 52. p. 235-251, 2011
- BOLIVAR, Manuel P. R. GALERA, Andrés Navarro. The Role of Fair Value Accounting in Promoting Government Accountability. **Journal Accounting, Finance and Business Studies**. 2012.
- BOYER, Robert. Assessing the impact of fair value upon financial crises. **Socio-Economic Review**. v. 5. p. 779-807, 2007.
- BREITKREUZ, Robert. MUBIG, Anke. Zur Zeitwertbilanzierung latenter Steuern in der internationalen Rechnungslegung. **Z Betriebswirtsch.** p. 1225-1256, 2011.
- BRONEN, Dirk, PRODO, Melissa P. VERBEEK, Marno, Real Estate in an ALM Framework: The Case of Fair Value Accounting. **Real Estate Economics**. v. 4. p. 775-804, 2010.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.
- COOPER, Donald R; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 7ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2003
- CORE, John E. Discussion of "Are voluntary disclosures that disavow their liability of mandated fair value information informative or opportunistic?" **Journal Accounting and Economics**. v. 52. p. 252-258, 2011.
- CORNETT, Marcia Millon. REZAEI, Zabihollah. TEHRANIAN, Hassan. An investigation of capital market reactions to pronouncements on fair value accounting. **Journal of Accounting and Economics**. v. 22. p. 119-154, 1996.
- DANBOLT, J. REES, W. An experiment in fair value accounting: UK investment vehicles. **European Accounting Review**. p. 271-303, 2008
- DEACONU, Edela. BUIGA, Anuta; NISTOR, Cristina Silvia. The Value Relevance of Fair Value: evidence for tangible Assets on the Romanian Market. **Transition Studies Review**. v. 17. p. 151-169, 2010.
- DIETRICH, J. R. HARRIS, Mary S. MULLHER, Karl A. The reliability of investment property fair value estimates. **Journal of Accounting and Economics**. p. 125-158, 2001.
- ECCHER, Elizabeth A. RAMESH, K. THIAGARAJAN, Ramu. Fair Value disclosures by bank holding companies. **Journal of Accounting and Economics**. v. 22. p. 79-117, 1996.
- ELAD, Charles. Fair value accounting and fair trade: an analysis of the role of International Accounting Standard No. 41 in social conflict. **Socio-Economic Review**. v. 5. p. 755-777. 2007.
- FASB (Financial Accounting Standards Board). **Fair value measurements**. Statement of Financial Accounting Standards No. 157, 2006.
- GAYNOR, Lisa Milici. McDANIEL, Linda. YOHN, Teri L. Fair value accounting for liabilities: The role of disclosures in unraveling the counterintuitive income statement effect from credit risk changes. **Accounting, Organizations and Society**. v. 36. p. 125-134, 2011
- GALERA, Andrés Navarro. BOLIVAR, Manuel P. R. Modernizing governments in Transitional and Emerging Economies through financial reporting based on international standards. **Internacional Review of Administrative Sciences**. p. 609-640. 2011.
- GAO, Yujing. GAICHUNE. Discussion for Applicability of the Fair Value Measurement in the Financial Crisis. **Internacional Journal of Business and Management**. v. No. 12, 2009.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GRAHAM, Roger. LEFANOWICZ, Graig, PETRONI, Kathy. The Value Relevance of Equity Method Fair Value Disclosures. **Journal Business Finance & Accounting**. v. 30. p. 306, 2003
- HANN, Rebecca N. HEFLIN, Frank. SUBRAMANAYAN, K. R. Fair Value pension accounting. **Journal Accounting**

and Economics. p. 328-358, 2007.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HERRMANN, Don. SAUDAGARAN, Shahrokh M. THOMAS, Wayne B. The quality of fair value measures for property, plant, and equipment. **Accounting Forum**. p. 43-59, 2006

Internacional Accounting Standards Board (IASB). **Comprehensive project summary: developing common fair value measurement and disclosure requirements in IFRSs and US.GAAP**. 2010.

IUDICIBUS, Sérgio de; LOPES, Alexsandro B. **Teoria Avançada da Contabilidade**. 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDICIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu. Uma investigação e uma proposição sobre o conceito e o uso do Valor Justo. **Revista Contabilidade e Finanças**. p. 9-18, 2007.

JARVA, Henry. Do Firms Manage Fair Value Estimates? An Examination of SFAS 142 Goodwill Impairments. **Journal Business Finance & Accounting**. p. 1059-1086, 2009.

KHURANA, Inder K. KIM, Myung-Sun. Relative value relevance of historical cost vs. fair value: Evidence from bank holding companies. **Journal Accounting and Public Polity**. v. 22. p. 19-42, 2003.

KUMARASIRI, Jayanthi. FISHER, Richard. Auditors' Perceptions of Fair Value Accounting: Developing Country Evidence. **International Journal of Auditing**. v. 15. p. 66-87, 2011.

LAUX, Christian. LEUZ, Christian. The crisis of fair-value accounting: Making sense of the recent debate. **Accounting, Organizations and Society**. v. 34.p. 826-834, 2009.

LINS, Karl V. SERVAES, Henri. TAMAYO, Ane. Does Fair Value Reporting Affect Risk Management? International Survey Evidence. **Financial Management**. p. 525-551., 2011.

LIVNE, Gilad. MARKARIAN, Garen. MILNE, Alistair. Bankers' compensation and fair value accounting. **Journal of Corporate Finance**. v. 17. p. 1096-1115, 2011.

LOPES, Alexsandro B; MARTINS, Eliseu. **Teoria da Contabilidade: uma Nova Abordagem**. 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LUSTOSA, P. R. B. A (in?) justiça do valor justo: SFAS 157, Irving Fisher e Gecon. *In*: CONGRESSO USP DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA, X., 2010, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: 2010. Disponível em: <www.congressousp.fipecafi.org/artigos102010/172.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2012.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓFILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007

MELO, Clayton L. L. VIEIRA, Edzana R. F. C. NIYAMA, Jorge K. MOL, Anderson L. R. Mensuração do Valor Justo: Um estudo sobre a percepção dos professores e profissionais contábeis. **Revista Ambiente Contábil**. v. 4. p. 138-155., 2012.

MULLER, Karl A.; RIEDL, Edward J. SELFHORN, Thorsten. Mandatory Fair Value Accounting and Information Asymmetry: evidence from the European Real Estate Industry. **Management Science**. v. 57. No. 6. p. 1138-1153, 2011.

NISSIM, Doron. Reliability of Banks' Fair Value Disclosure for Loans. **Review of Qualitative Finance and Accounting**. v. 20. p. 355-384, 2003

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2011.

PETTERSON, M. H. et al. **Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras**. ERNST & YOUNG, FIPECAFI. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PETRONI, Kathy R. WAHLEN, James M. Fair Values of Equity and Debt Securities and Share Prices of Property-Liability Insurers. **Journal of Risk and Insurance**. . v. 62. p. 719-737, 1995.

RAMANNA, Karthik. The implications of unverifiable fair-value accounting: Evidence from the political economy of goodwill accounting. **Journal Accounting and Economics**. p. 253-281, 2008.

RECH, Ilirio José. PEREIRA, Ivone Vieira. OLIVEIRA, Josemar R. Impostos Diferidos na Atividade Pecuária Originados da Avaliação dos Ativos Biológicos pelo Valor Justo: um Estudo de seu Reconhecimento e Evidenciação nas Maiores Propriedades Rurais do Estado de Mato Grosso. **Revista Universo Contábil**. v. 2. p. 42-58, 2008.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROBINSON, Dahlia. BURTON, Diane. Discretion in Financial Reporting: The Voluntary Adoption of Fair Value Accounting for Employee Stock Options. **Accounting Horizons**. v. 18. p. 97-108, 2004.

SKINNER, Douglas J. Discussion of "The implications of unverifiable fair-value accounting: Evidence from the political economy of goodwill accounting". **Journal of Accounting and Economics**. p. 282-288, 2008.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 2ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.